



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, português e Línguas Clássicas – LIP

PRECONCEITO LINGUÍSTICO:

A Discriminação Linguística no Ambiente Virtual

Rafaela Monteiro de Oliveira

Orientadora: Profa. Dra. Jane Adriana de Castro

Brasília, Dezembro de 2017



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, português e Línguas Clássicas – LIP

Preconceito Linguístico:

A Discriminação no Ambiente Virtual

Rafaela Monteiro de Oliveira¹

RESUMO. O presente trabalho consiste em uma investigação acerca da ocorrência do preconceito linguístico dentro de um ambiente específico: o virtual. Apresentando estudos e conceitos importantes da Linguística, serão realizadas reflexões sobre a língua e seu uso, levando em consideração os fatores que lhe rodeiam, além das características que influenciam a sua realização no espaço cibernético. Todos esses aspectos, em conjunto, ganharão, aqui, uma ligação com o objetivo de entender o mecanismo do “preconceito linguístico” e a sua identificação na Internet. Para tanto, serão explanadas as contribuições de autores como Marcos Bagno (2007), Marcuschi et al (2007) e Fiorin (2008) e apresentadas discussões sobre dados retirados do meio virtual.

Palavras-chave: Linguística. Preconceito. Virtual. Exclusão. Falante.

¹ Aluna do 8º semestre do curso de Letras Português e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília – UnB.

1. Introdução

A língua, organismo vivo e dinâmico, compreende pontos extensos de investigação e exige cuidado para análise. São diversos os aspectos que podem ser levados em consideração quando tratamos de estudá-la. Por vezes, durante abordagens realizadas em gramáticas e manuais linguísticos, o seu lado político, bem como os fatores sociais, culturais e históricos, influentes no seu uso, são desconsiderados, o que acaba contribuindo para a formação de visões limitadas e excludentes.

O nosso sistema linguístico é um bem, um bem que nos confere identidade e permite interação, troca e relações complexas. No entanto, a imposição de regras para a realização de tal sistema, necessárias, mas contraditórias e distantes do uso real, tem limitado o seu ensino à visão normativa das gramáticas e às regras ortográficas, não atentando aos demais eventos que lhe competem. O que deveria ser democrático (ora, a nossa língua materna) tem virado modelo de exclusão para com aqueles que não dominam as normas (por motivos sociais) e instrumento de status para os que as conhecem (em condições favoráveis de ensino, por exemplo).

A presente pesquisa visa abordar essas questões, mas dando atenção a um novo contexto de comunicação e informação, que tem ganhado espaço diante dos avanços tecnológicos da pós-modernidade: a Internet. Desse modo, veremos de que forma se realiza a linguagem nesse espaço e como os internautas demonstram o seu entendimento a respeito do próprio sistema linguístico, bem como se comportam diante de enunciados diversos, revelando o que Marcos Bagno (2007) chama de “preconceito linguístico”.

Esse tipo de preconceito, considerado como um preconceito social, tem origem passada e vem sendo acompanhado por estudiosos há tempos. Na verdade, o português se originou do latim vulgar, considerado “corrompido”, diferente do latim clássico (utilizado como modelo pela elite da época), o que já evidencia a relação antiga da língua com fatores sociais e a distinção de uma modalidade/classe privilegiada. Essa relação foi estendida à língua portuguesa (originada do contato do latim com outras línguas), posteriormente adotada como idioma oficial de Portugal e, conseqüentemente, transportada para o Brasil, colônia do país europeu. Aqui, a proximidade com

línguas africanas e indígenas influenciou o sistema linguístico do povo dominante, fazendo surgir o português brasileiro, mais tarde chamado de “pretoguês” por portugueses e pela elite brasileira (SILVA, A. G., 2014, p. 10), o que caracteriza algumas das primeiras ocorrências de preconceito linguístico no Brasil.

Hoje, esse tipo de julgamento, seja ele direcionado às variedades regionais, sociais, ou outras, é muito comum. O que norteou a presente pesquisa foi a vontade de investigar de que maneira ele tem sido realizado nos tempos atuais, mais especificamente, no espaço virtual, local marcado pela liberdade e pluralidade de participantes e enunciados. Quais seriam os efeitos da discriminação direcionada à escrita do indivíduo que se comunica no espaço cibernético?

Para responder tais questões, foi realizado, primeiramente, um estudo teórico, onde são abordados conceitos importantes para a linguística e para a compreensão do “preconceito linguístico”. Em seguida, foram identificadas e registradas situações que demonstram de que modo a linguagem ocorre no meio informatizado e como os interlocutores reagem aos “erros” gramaticais encontrados em rede. Após essas etapas, são explanadas as reflexões sobre os possíveis efeitos de tais situações, além de uma discussão acerca da importância de nos atentarmos aos eventos linguísticos que se dão virtualmente, já que a era informatizada tem feito desse contexto uma práxis enunciativa forte e cada vez mais presente em nosso cotidiano.

Assim, pautando-nos em estudos e autores do ramo da Sociolinguística, analisaremos dados de diversas redes sociais, a fim de perceber como algumas situações preconceituosas ocorrem, de modo real.

2. Pressupostos Teóricos

2.1 O que é a língua?

Na tentativa de responder à pergunta do título do presente tópico, muitos teóricos realizaram profundos estudos e pesquisas, estudos esses importantíssimos para o surgimento da ciência chamada Linguística. “O que seria a língua?” é uma pergunta que ainda hoje rende discussões e

sugere aspectos diversos para pesquisa, o que motiva (e motivou) diferentes visões e perspectivas acerca do tema.

A complexidade da questão, inclusive, gerou, durante o curso dos estudos linguísticos, definições diversas e, aparentemente, uma falta de consenso sobre uma única definição. Essa diversidade de definições e abordagens nos oferece diferentes fontes de pesquisa a respeito (NASI, 2007). Nas Gramáticas Normativas, por exemplo, a língua é apresentada de forma a se realizar uma diferenciação em relação ao conceito de “Linguagem”. Segundo Lara Nasi (2007), que fez um estudo de diferentes gramáticos, como Napoleão Mendes de Almeida (1952), Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (2003), nós podemos perceber que, em manuais:

A língua é tida como um sistema, ou conjunto de sistemas. A preocupação em defini-la não é uma constante: muitas gramáticas não fazem sequer menção a uma conceituação de língua. Nas gramáticas em que esta conceituação está presente, na maioria das vezes, ela surge como um recurso para diferenciar a língua da linguagem e, nesse caso, o foco dos gramáticos é a linguagem e não a língua. Curiosamente, as regras a que se dedicam os gramáticos estão no nível da língua. (NASI, L., 2007, p. 3)

Se, por um lado, as definições encontradas em Gramáticas Normativas possuem o cunho ressaltado acima, por outro, temos estudos dentro da Linguística preocupados em desvelar a língua como um sistema complexo de signos e o seu lado social - o seu uso e os falantes - , a começar pelos estudos de Saussure, que impulsionaram a Linguística Moderna e transformaram a língua em seu objeto de estudo. Para o teórico, “a linguística é constituída por todas as manifestações da linguagem humana” (NASI, L., 2007, p. 3) e, dentro da linguagem, nós teríamos a língua/*langue* (essencial) e a fala/*parole* (secundária). O primeiro seria um conjunto de signos interiorizados pelos falantes, dentro de determinada cultura, enquanto que o segundo seria o uso individual do primeiro, onde o indivíduo faz a escolha dos signos para produzir os enunciados que deseja. Nessa perspectiva estruturalista, percebemos uma distinção interessante para o presente trabalho: a **língua** como sistema coletivo, uma unidade de signos utilizados para a comunicação de falantes de uma determinada cultura/contexto, e a **fala** como concretização da individualidade do falante dentro desse sistema coletivo.

Outro estudioso que também apresentou contribuições importantes a respeito do tema, e levantou questões até hoje estudadas, foi o gerativista Chomsky. Os seus estudos, diferentemente dos estudos de Saussure, tinham como foco a elaboração das sentenças pelo falante, e não o estudo do conjunto de signos internalizados por ele. Dentro da sua teoria, são apresentadas conclusões a respeito da predisposição genética do homem para o que ele chama de “aquisição da linguagem” e a definição da “Gramática Universal”, onde o autor procura explicar de que modo as línguas podem ter algo em comum. Diante de todo o seu arcabouço teórico, podemos perceber a ideia de que a língua funciona como um conjunto de sentenças, em que o falante dispõe de um número finito de regras para construir um número infinito de enunciados. Ainda nessa perspectiva, o uso da língua (fala, escrita, leitura...) seria chamado de “desempenho”, e a capacidade de internalização de regras para o uso desta seria chamado de “competência”.

Esses dois teóricos, muito abordados em estudos linguísticos, são conhecidos por suas importantes contribuições e não poderiam deixar de ser abordados aqui, bem como os conteúdos que nos ofereceram. Para Nasi (2007), “os conceitos de Chomsky e de Saussure nos levam a compreender a língua como um sistema de signos linguísticos, e também como o conhecimento deste sistema pelos indivíduos, em sua capacidade de gerar sentenças” (NASI, L., 2007, p. 7). Em pesquisas atuais, ambos aparecem como referências e, frequentemente, são referidos quando o assunto é “língua”.

Para discorrer ainda mais sobre a temática da presente seção, podemos falar também de uma das abordagens da Linguística, chamada “Análise do Discurso”, que desfruta das pesquisas citadas acima, mas sugere questões novas, envolvendo a parte social da língua. Esta última, dentro desse tipo de estudo, é encarada como uma ferramenta utilizada pelos homens para suas comunicações e relações. Diante disso, o sistema linguístico seria não só ferramenta, mas um meio de realizar o “discurso” em termos concretos, carregado com a ideologia do homem (ser histórico e social) que o produz (VIANA, N., 2009, p. 19). De acordo com as ideias dessa vertente, a língua seria individual, por expressar o discurso (inconsciente/ideológico) do falante, e, também, social, por entender que o discurso de cada sujeito pertence a um lugar, um contexto, que o atribui certos sentidos. Essa visão surge analisando elementos diferentes e, mais adiante, nos interessará, por revelar como o aspecto “social” pode ser interessante para a compreensão do “preconceito linguístico”.

Alguns outros autores e obras mais atuais abarcam o assunto da definição de língua, e podem contribuir para a exploração aqui realizada, trazendo, inclusive, discussões a respeito de temas e conceitos intrigantes. Marcos Bagno, por exemplo, nos fornece trabalhos importantes a respeito da língua e seu uso. Para ele, a língua é dinâmica, é viva, se movimenta e, quando se fala nela, é preciso pensar, sobretudo, em seu aspecto político. Ao trabalhar o assunto, o autor discute as diferenças entre língua e “ortografia”, trabalha a importância de saber fazer o uso adequado do nosso sistema linguístico e realiza, sobretudo, um estudo necessário sobre o chamado “preconceito linguístico”, cujas implicações veremos mais à frente.

Outro autor que, igualmente, interessa ao nosso trabalho é Luiz Marcuschi. A sua definição de língua conversa com a visão do linguista anterior e ressalta o valor que esta tem para o ser humano. Para ele e seus colaboradores, que concordam com Coseriu (1981) e Koch/Oesterreicher (1990, p.7), a “língua é uma atividade humana universal exercitada individualmente na observância de normas historicamente dadas” e, sendo ela uma prática social, ou seja, “muito mais um conjunto de práticas discursivas do que apenas uma série de regras ou um sistema de formas simbólicas” (MARCUSCHI et al., 2007, p. 31), poderíamos vê-la como:

Um dos bens sociais mais preciosos e mais valorizados por todos os seres humanos em qualquer época, povo e cultura. Mais do que um simples instrumento, a língua é uma prática social que produz e organiza as formas de vida, as formas de ação e as formas de conhecimento. Ela nos torna singulares no reino animal, na medida em que nos permite cooperar intencionalmente, e não apenas por instinto. Mais do que um comportamento individual, ela é atividade conjunta e trabalho coletivo, contribuindo de maneira decisiva para a formação de identidades sociais e individuais. (MARCUSCHI et al., 2007, p. 14)

Essas conceituações nos fazem pensar a complexidade da língua e a importância de se estudar os diversos aspectos que nela cabem, além de nos atentar, também, para a dificuldade encontrada em delimitar uma definição que a abarque, por completo, e sintetize tantas perspectivas. Entretanto, mesmo que não possamos fazê-la, é importante que saibamos um pouco de cada estudo, para que, assim, façamos um bom entendimento do sistema que nós mesmos usamos.

Os estudos envolvendo a “língua” não cessam e, constantemente, surgem questões novas. Aliás, isso não poderia ser diferente, se pensarmos que as línguas, em geral, vivem em constante

transformação e movimentação, o que, conseqüentemente, nos fornece eventos novos para desvelamento. É importante que olhemos para os conhecimentos recentes e, enquanto usuários/falantes de determinado sistema linguístico, nos atualizemos em relação a eles.

As abordagens apresentadas neste ponto do trabalho são importantes e podem ser tomadas como base para o estudo aprofundado que faremos adiante. Tratar do tema “preconceito linguístico no ambiente virtual” exige um entendimento sobre as definições existentes para a língua, análise do seu uso, das ramificações “língua escrita” e “língua falada” e da forma como isso é passado e usado pelo falante, propriamente dito. A partir disso, podemos prosseguir um caminho que nos faça compreender os mecanismos de preconceito, exclusão, privilégios e afins, envolvendo a língua.

2.2 Uso oral e uso escrito da língua

Se no momento anterior tratamos das definições de “língua”, sob o olhar de algumas das diferentes abordagens da Linguística, agora falaremos do uso que se faz desta, em duas modalidades: a “fala” e a “escrita”. Mesmo que às vezes referidas como “língua escrita” e “língua falada”, ambas modalidades não devem ser confundidas com dialetos diferentes, mas, sim, encaradas como formas diversas de realização de um mesmo sistema de signos (MARCUSCHI et al., 2007, p.32), cada qual com características e história próprias.

Baseando-nos na visão sociointeracionista de Marcuschi et al. (2007), veremos, no presente tópico, de que forma podemos evitar uma visão dicotômica ao analisar esses dois usos. Para o autor, estudar fala e escrita implica entender que tratamos de produções textuais-discursivas pertencentes a contextos diferenciados, com aspectos distintos. O autor frisa que entendê-las é algo importante e que os estudos sobre tais produções evitam visões que sobreponham uma modalidade à outra.

A escrita, criada há “pouco mais de 3.000 anos antes de Cristo, ou seja, há 5.000 anos” (GRAFF, 1995, apud MARCUSCHI et al., 2007, p. 43), é, hoje, tecnologia fundamental para o homem. Ela está presente no nosso cotidiano, desde as situações mais simples, até as mais complexas, e, por ser ferramenta tão importante, pode ajudar tanto a excluir aqueles que não a dominam, quanto incluir aqueles que passam a detê-la. Ou seja, o uso escrito da língua passou a ser “uma forma de domínio da realidade no sentido de apreensão do saber e da cultura, como é

também uma forma de dominação social enquanto propriedade de poucos e imposição de um saber oficial subordinador” (MARCUSCHI et al., 2007, p. 36). O valor do domínio da escrita e do letramento ganharam força e se tornaram, inclusive, instrumentos de status. O letramento realizado em ambientes formais (escolas) atribuiu à alfabetização a noção de escolarização, o que, socialmente, é visto com bons olhos. Assim, a escrita, inicialmente limitada à elite, e utilizada apenas para “as burocracias do Estado, Igreja e Comércio” (GRAFF, 1995, p.36, apud MARCUSCHI et al., 2007, p. 43), percorreu um caminho em que, mesmo à força, conseguiu se impor na Sociedade Moderna, conquistando lugar de prestígio.

A fala, natural do homem, diferentemente da escrita, é desenvolvida em contextos diversos e posta em prática por meio da oralidade. Ela precede a escrita, mas não deve ser vista como superior a esta última, assim como a escrita não deve ser enxergada apenas como representação gráfica da fala. Segundo Marcuschi et al. (2007, p.40), “a fala seria uma forma de produção textual-discursiva oral, sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano”. Mesmo que isso pareça simples, o autor nega que o seja. A fala, assim como a escrita, possui a sua complexidade e variedade. Ao contrário do que muitos pensam, a oralidade não é o lugar do “caos”, e Marcuschi et al. (2007) reforçam isso ao explicar que ela:

Tem um modo próprio de textualização que se dá em gêneros tipicamente desenvolvidos. É nisso que ela se caracteriza, e não numa gramática própria no nível do sistema formal. A fala apresenta enorme regularidade na sua composição sintática que se manifesta no discurso em construção. O texto escrito em geral perde seu “borrão” ao passo que a fala não perde e fica com sua versão original sempre. [...] O texto falado apresenta, seja qual for o nível de formação, procedência social ou identidade cultural do falante, um altíssimo grau de gramaticalidade, podendo-se até mesmo dizer, com base em estatísticas facilmente comprováveis, que contém menos “equívocos gramaticais” que a maioria da escrita acadêmica de um modo geral. Pois um dos fatos mais admiráveis da parte de todos os falantes é o de que todos sabem falar com correte e fluência [...]. (MARCUSCHI et al., 2007, p. 84)

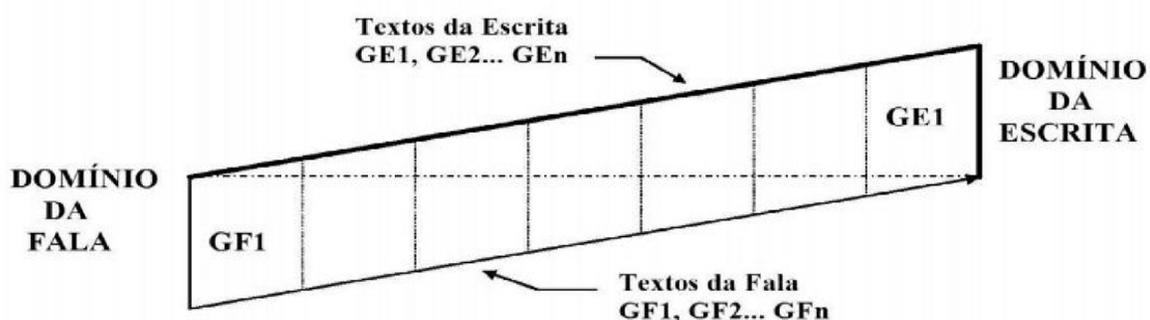
Os textos elaborados em cada uma das modalidades apresentadas acima demonstram estruturas diferentes e complexidade própria. Hoje, tratar a oralidade e a escrita apenas como códigos orais e gráficos, respectivamente, sem levar em consideração todos os outros aspectos que

as envolvem, recai numa visão limitadora. Se a fala se utiliza de elementos paralinguísticos (como gestos e entonação), por exemplo, a escrita, por sua vez, se incrementa com a utilização de ferramentas diferenciadas, como a linguagem visual, estilos de fontes diversos, etc. Considerar os contextos de elaboração de cada uma, os objetivos dos falantes/escritores e outros aspectos da produção também se faz necessário. Sobretudo, é importante analisar cada modalidade de uso da língua segundo as próprias características, sem persistir no equívoco de estudar a “fala sob a ótica da escrita”, ou vice-versa (MARCUSCHI et al., 2007, p. 59). Análises errôneas podem contribuir para mitos que qualifiquem determinada modalidade, em detrimento de outra.

Apesar de existirem características típicas e pertinentes às duas diferentes formas de realização da língua, cabe ressaltar que também “existe uma visão que permite observar a fala e a escrita mais em suas relações de semelhança do que de diferença em certa mistura de gêneros e estilos, evitando as dicotomias em sentido estrito” (MARCUSCHI et al., 2007, p. 58). Ou seja, considerar as diferenças entre ambas é algo necessário e importante, mas é possível estabelecer uma relação que consiga relacioná-las, sem estabelecer uma dicotomia que as oponha totalmente.

Segundo os autores citados anteriormente, as semelhanças entre língua oral e língua falada se revelam à medida em que analisamos a “linguagem de gêneros textuais similares na escrita e na fala, e não a fala e a escrita como um bloco” (MARCUSCHI et al., 2007, p.62). Nessa perspectiva, poderíamos imaginar um contínuo onde se encaixam gêneros textuais mais “formais”, ou mais “informais” de cada uso que se faz da língua (escrito/oral). A seguinte imagem explica a ideia do “contínuo:

Figura 1 – “Contínuo Fala-Escrita” proposto por Marcuschi et al (2007).



Nesse esquema, os textos mais representativos no “domínio da fala” (GF1) (como conversas espontâneas) se distanciariam dos textos mais representativos no “domínio da escrita” (GE1) - como artigos científicos. Assim, os diferentes gêneros de cada modalidade poderiam ser relacionados, levando em conta as suas estruturas e os seus níveis de formalidade e informalidade, por exemplo, o que contestaria, evidentemente, a ideia de simplesmente classificar os gêneros produzidos em dois grupos (oral/escrito) e destacá-los como opostos. É importante comentar, também, que, levando em consideração essa proposta, pode ser feita a identificação da variedade presente na produção de cada modalidade, pois dentro de cada eixo existem várias possibilidades de estruturas textuais que tanto se aproximam da versão “típica” do domínio, quanto se distanciam desta.

O contexto da produção geralmente dita o gênero, a melhor estrutura, o léxico mais adequado e outros elementos necessários para a situação. Os diferentes usos que fazemos da língua, seja ela de forma falada ou escrita, e a quantidade de possibilidades que nós temos de utilizá-la acabam por construir variações linguísticas.

2.3 Norma padrão e variedade linguística

Anteriormente foi visto que o leque de possibilidades para o uso da língua abre margens para a “variedade linguística”. E, se nós temos um padrão ideal para o uso do português brasileiro, instituído em gramáticas normativas, temos, também, um uso real, que, em partes, se distancia daquele primeiro e oscila nos níveis da formalidade e da informalidade, bem como varia de acordo com fatores inerentes ao falante (idade, sexo, classe social, etc) ou fatores do contexto da comunicação (como a relação entre os falantes, o ambiente, etc).

Começamos, assim, tratando da “norma padrão”, abordada e disseminada pelas gramáticas normativas. Para comentar sobre o assunto, é importante, antes, diferenciar a “norma culta” da “norma padrão”, conceitos constantemente confundidos e que, apesar de se relacionarem, apresentam diferenças em seus significados.

Segundo estudos do autor Faraco (2008, apud TERNOVOE, E. s. d., p. 2), a criação da “norma padrão”, desde o seu nome, até a função realizada por esta, poderia ser vista como uma

forma de unificar a língua e amenizar os dialetos regionais, “no intuito de criar um instrumento político linguístico”. A “norma padrão” seria, assim, uma “codificação abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística” (FARACO, 2008, p. 73).

Se, por um lado, a abordagem dessa norma assume uma força negativa, ao confundir o “como se diz” com o “como se deve dizer” (Coseriu, 1973, apud TERNOVOE, E. s. d., p. 2), por outro, assume o papel importante, e difícil, de facilitar a comunicação de falantes de diferentes idades, regiões e classes sociais, por exemplo. Essa tentativa de homogeneizar algo heterogêneo neutralizaria as variações e contribuiria para o processo de socialização dos indivíduos. Ela seria, inclusive:

Mais útil para a escrita, até por questões intrínsecas a esta modalidade da língua, pois, ao contrário do que ocorre na fala, há, na comunicação escrita, uma ausência entre os interlocutores, o que impossibilita que as dúvidas referentes ao uso do código sejam sanadas por meio de perguntas e/ou esclarecimentos entre os interlocutores, bem como por meio de outros elementos extralinguísticos e situacionais, a exemplo de expressões faciais, dêiticas etc. (ARAÚJO, S., 2008, p. 4)

Diante disso, e levando em consideração os tópicos anteriores, em que vimos as duas diferentes modalidades da língua (escrita e fala), podemos pensar sobre a preocupação do usuário em seguir as normas padrões na escrita e, por outro lado, criar regras novas para o uso falado, dinâmico e espontâneo.

Pesquisas atuais já constataram que até mesmo falantes considerados “cultos” (com alto nível de formação), em momentos formais ou espontâneos, não seguem à risca as normas padrões. Ao produzir um artigo sobre o tema, Silvana Araújo (2008) exhibe exemplos do que poderíamos encontrar na fala culta. Seriam sentenças do tipo: “Eu conheço ele muito bem” e “Me passe o açúcar”. Verificamos, por meio destes exemplos, que à norma culta, “conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita” (FARACO, 2008, apud TERNOVOE, s. d., p. 2), vêm sendo introduzidas mudanças que, por vezes, fogem ao que é normatizado em gramática (norma padrão). Esse uso

realizado por classes privilegiadas (principalmente na fala) ajuda a consolidar algumas das novas estruturas.

É interessante perceber, com isso, como a escrita é mais resistente e conservadora no que diz respeito às mudanças. A fala, por sua vez, já não o é em tamanha medida. É importante, também, entender que essas inovações despertam interesse e debates diversos, por causar certa distância entre norma culta e norma padrão, mas que elas não podem ser igualadas ao que nós chamamos de “uso popular” da língua, um uso realizado por classes menos instruídas, com menor nível de escolaridade e fortemente estigmatizadas. Uma sentença do tipo “eu conheço ele muito bem” não é tratada, de maneira alguma, da mesma forma que “nós vai”, por exemplo. Socialmente, um enunciado da natureza deste último, integrante do que nós podemos chamar de “norma popular”, é nitidamente marcado pelo preconceito linguístico, tema que abordaremos a seguir.

Cada comunidade, cada classe constitutiva de determinada sociedade, apresenta maneiras próprias de expressão, um uso particular da língua. O uso culto e o uso popular resultam disso. E esses diferentes usos formam a conhecida “variedade linguística”. Mesmo que existam normas que tentem padronizar a utilização da língua, é inevitável que as diversidades apareçam em sua realização. Variações regionais, históricas, sociais e situacionais são definições que explicam os diferentes fatores motivadores de tais diferenças. Falantes de regiões e classes sociais distintas, provavelmente, usarão em seus cotidianos expressões diferenciadas, tendo em vista a influência dos hábitos, costumes e tradições de seus contextos. Assim também acontece com pessoas de diferentes tempos, ou em diferentes situações, em que são motivadas a utilizar estruturas linguísticas diversas.

A união desses fatores faz com que a língua se torne um sistema múltiplo, rico e complexo. Para entender o seu uso, é necessário considerar o papel de cada um dos elementos abordados anteriormente. Cabe aqui a visão de Faraco (2008, p. 31, apud TERNOVOE, s. d., p. 2), que defende que “uma língua é constituída por um conjunto de variedades” e que não podemos defini-la “como sendo apenas uma unidade da linguagem, pois ela é mais do que isso, ela é também uma entidade cultural e política”, rica em sua pluralidade de possibilidades.

O que muito interessa ao presente trabalho é o questionamento acerca do preconceito direcionado ao uso, ou melhor, àqueles que utilizam a língua de forma variada, àquele que, por

motivos particulares, não domina a norma padrão e, por isso, “desliza” em seu uso, cometendo o que gramáticos chamam de “erro”. Quais seriam os motivos desse preconceito? Quais as suas origens? Para tratar do assunto, mais a frente, analisaremos de que modo o preconceito linguístico ocorre, mais especificamente, dentro do ambiente virtual, onde interagem variações linguísticas de cunhos diversos e predomina uma modalidade escrita da língua com características particulares, menos formais e, inclusive, parecidas com a modalidade oral.

2.4 Preconceito linguístico

Falar em “preconceito linguístico” é algo necessário e importante para uma melhor compreensão do uso que se faz da língua e de todos os processos sociais que a rodeiam. O reconhecimento da existência do “preconceito” no nível da linguagem permite, antes de tudo, que nos alertemos e encontremos formas de combatê-lo, o que, de maneira alguma, constitui tarefa fácil.

E, para estudarmos o tema, precisamos, inicialmente, entender o conceito de “preconceito”. De acordo com Fabiano Taranto (2016, p. 7), o preconceito seria uma “uma postura ou ideia pré-concebida constituída de certa alienação por ser formada antecipadamente, de forma banal, contrária a tudo que foge dos padrões estabelecidos por uma sociedade”. E essa série de conceitos infundados culminaria no que nós chamamos de “discriminação”, que, para Grupioni (1995, p. 484), consistiria no “tratamento desfavorável dado arbitrariamente a certas categorias de pessoas ou grupos, que pode ser exercido de forma individual ou coletiva”.

O perigo do preconceito reside justamente no espaço que se abre para a realização do juízo de valor sobre algo que não conhecemos, ou melhor, para o julgamento negativo sobre alguma coisa ou alguma pessoa. Inclusive, é muito comum encontrarmos ideias infundadas motivando ações que atingem as mais variadas instâncias e níveis sociais, ferindo os direitos de indivíduos, e princípios como os da pluralidade e diferença. Geralmente, aquilo que é estranho, diferente, desconhecido e diverso às regras e aos padrões socialmente impostos é desvalorizado, encarado como “menor”, “feio”. Isso faz parte do lado negativo do preconceito. E, se são comuns os preconceitos raciais, regionais e sexuais, por exemplo, existe um outro que também o é: o preconceito linguístico.

Segundo Marta Scherre (apud ABRAÇADO, J., 2008, p. 12), o "julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro ou da própria fala" seria a maneira de manifestar o preconceito linguístico, comumente ligado às classes menos favorecidas socialmente. Em sua obra *Preconceito linguístico: o que é. Como se faz*, Marcos Bagno explica que:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre *língua* e *gramática normativa*. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. (BAGNO, 2007, p. 9)

Para entendermos como o preconceito linguístico ocorre, é preciso saber como ele se origina, porque ele se dissemina e onde estão as suas raízes. O que Bagno (2007) diz é que existe uma confusão entre o que **a nossa língua é**, de fato, e aquilo que **gostariam que ela fosse** (instituído em gramáticas). A não compreensão dos mecanismos que envolvem os falantes e o sistema linguístico que nós mesmos usamos cria espaço para visões erradas e, conseqüentemente, julgamentos depreciativos e preconceituosos a respeito do uso real que se faz deste.

A fim de esclarecer como diversos processos linguísticos ocorrem e tratar de situações como as citadas anteriormente, surgiu a ciência chamada "Linguística". Dentro dela, muitas pesquisas relacionadas ao funcionamento da língua, bem como as suas estruturas e uso, são realizadas. Os resultados obtidos neste âmbito se aplicam ao nosso cotidiano e poderiam ajudar na interpretação de situações linguísticas diárias. Com os conhecimentos científicos desta área, é possível compreender distinções básicas como "gramática normativa x língua", "fala x escrita" e, claro, perceber os preconceitos linguísticos existentes, bem como analisar a posição do falante estigmatizado. Quando as distinções citadas anteriormente não são bem esclarecidas aos falantes, as chances de que estes recaiam no julgamento, ou não consigam estabelecer uma ponte entre a língua do seu cotidiano e a língua idealizada em gramáticas é grande.

Essa possível falta de esclarecimento gera, inclusive, mitos que o linguista Bagno (2007) revela e tenta desconstruir. O pensar que "o português brasileiro é uma língua homogênea", que "brasileiro não sabe português", que "as pessoas sem instrução falam tudo errado", ou que "é preciso saber gramática para falar e escrever bem" são ideias que marcam bem um pensamento

distorcido de que existe apenas um jeito “certo” de falar e escrever, e que as normas dadas em gramáticas devem e têm de ser cumpridas, à risca, seja na fala ou na escrita, em qualquer que seja o ambiente.

Um mergulho nos conhecimentos linguísticos pode nos apresentar novos olhares, a começar por nos fazer considerar a língua como algo diverso, um organismo dinâmico, vivo e também político. Dentro dessa complexidade, por que não considerar as suas variações, os seus diferentes usos? Se falamos do lado negativo do preconceito, poderíamos falar, também, do seu lado positivo: aquele que nos faz investigar as pré concepções estabelecidas a respeito de algo e desmanchar aquelas não fundamentadas. No caso aqui tratado, cabe pensar o problema do “preconceito linguístico” e, por um outro lado, tentar encontrar formas de desvendá-lo, combatê-lo com a transmissão de conhecimentos acerca do uso que realmente se faz da língua, dentro do ensino.

Apesar de ser uma ciência com informações importantes, é pequena a parcela da população que conhece a Linguística. E a falta de informações é uma contribuição para o preconceito linguístico. Se os usuários de uma língua desconhecem definições como as informadas por Bagno (2007), desconhecem fenômenos linguísticos e desconhecem, inclusive, a existência do preconceito linguístico, como estes mesmos indivíduos poderiam não praticá-lo?

O ponto de origem do preconceito linguístico e, ao mesmo tempo, o ponta pé inicial para combatê-lo estaria no ensino da língua? Essa é uma questão, de fato, pertinente. A forma como a língua é abordada no ensino regular, muitas vezes, potencializa as normas e não permite um olhar mais abrangente do aluno/falante sobre aquilo do qual ele mesmo faz parte/uso. Durante anos e anos de escolarização, os alunos são ensinados a respeitar e decorar regras (nem sempre compreendidas), que indicam o certo e errado. Eles são encorajados a estudá-las com a certeza de que se souberem falar e escrever corretamente, provarão o quanto são inteligentes e se tornarão pessoas bem-sucedidas, prestigiada socialmente (BAGNO, 2007). Esses sujeitos seriam capazes de lidar com uma fala ou escrita diferente, diversa àquilo que lhes fora passado em sala de aula? Eles teriam sensibilidade suficiente para entender a fala do outro, a posição de um outro falante da língua, sem julgá-lo como “burro”, por não utilizar, por completo, as normas gramaticais? Essas são questões que devem ser constantemente pensadas.

O ensino é importante em todo o processo de desconstrução de preconceitos, porque o primeiro quebra a base deste último: a desinformação. Quanto mais pessoas conhecerem a Linguística, por exemplo, menores, ou mais “visíveis” se tornarão as ocorrências do preconceito aqui tratado. Aliás, talvez o preconceito linguístico ocorra de forma tão frequente, e passe despercebido, justamente pelo fato de ser praticado e presenciado por pessoas que nem sequer o conhecem.

Mas seria o preconceito apenas uma questão de desinformação? A origem do “preconceito linguístico” estaria na falta de exploração do tema e, também, dos conhecimentos da área da Linguística? Certamente, não. Existem outros fatores por de trás da sua existência. Como citado anteriormente, quando falamos de “língua”, falamos de um organismo que tem o seu lado social e que, sendo produto de seres políticos, também será política (BAGNO, 2007).

O homem faz da língua uma ferramenta de comunicação, para se relacionar com os outros dentro de uma sociedade. Se a língua faz parte de uma sociedade, ela acaba por se envolver com as relações sociais ali presentes. E, se vivemos em uma sociedade com relações complexas, onde existe uma classe dominante e uma classe dominada (Karl Marx) é provável que exista uma “língua de domínio”, prestigiada, e uma “língua excluída”. Segundo Bakhtin (1990, apud VIANA, N., 2009, p. 20) , a linguagem revela conflitos de classes e esse seu aspecto merece atenção.

Se existe a intenção de exclusão de alguma classe social, por que não fazê-la, d’entre outras formas, por meio da linguagem? A começar pela instituição de normas em gramáticas, às quais nem toda a parcela da população tem acesso. Aqueles que dominam a “norma culta”, como o próprio nome já diz, são os cultos, integrantes da parcela de prestígio da população, enquanto que os demais integrariam a parte “popular”.

Diante dessa realidade, não só é feita a elevação do “saber falar/escrever” de acordo com a gramática normativa, mas, igualmente, a exclusão do falar/escrever distinto às normas. Os falantes desse último caso são excluídos tanto das instituições de poder, quanto estigmatizados nas relações sociais. Daí, a relação com a temática do “preconceito linguístico”, que aparece como uma forma de concretizar essas relações de exclusão, por meio da língua, e evidenciar as distinções “língua culta x língua coloquial”, “falante culto (privilegiado) x falante estigmatizado”.

E todo esse processo é reforçado dentro do sistema de ensino, que também é permeado pelas relações de poder. A Gramática Normativa e seu conservadorismo possuem força dentro das escolas, que acabam por fortalecer a exclusão linguística e, de certa forma, social. Entretanto, não seria o contrário o papel do ensino/formação? Por isso as indagações anteriores a respeito da importância do “ensinar”, do “conhecer” um conteúdo democrático, como sugere Bagno (2007), em seu livro. Mas a quem interessaria esse tipo de conhecimento? Ele seria vantajoso para alguém?

Como sabemos, todo tipo de preconceito e discriminação surte efeito e fere a quem atinge. Por isso, é necessário constata-los e desconstruí-los. O julgamento da fala do “outro” ocorre nos mais variados ambientes, é forte no convívio diário, na mídia, nas escolas e em ambientes virtuais. Esse último meio, inclusive, tem se tornado um campo muito sugestivo para pesquisas sobre o tema. Primeiro, porque, nesses espaços de comunicação mais informal, os usuários utilizam linguagem mais semelhante à oral, o que torna a escrita interessante e rica, em questões linguísticas; segundo, porque nos ambientes virtuais, mais especificamente nas redes sociais, são comuns, tanto postagens com conteúdos preconceituosos, quanto comentários desrespeitosos sobre sentenças elaboradas por outros usuários, o que sugere um estudo acerca dos efeitos causados nos falantes estigmatizados.

Por que essas situações são comuns e, ao mesmo tempo, pouquíssimo percebidas, ou combatidas? Quais seriam os efeitos do preconceito aqui tratado? Estas (e muitas outras) perguntas causam preocupação, e foi justamente essa preocupação, e a vontade de respondê-las, que motivou o seguinte trabalho. Deveríamos nos atentar à linguagem, e à tudo o que a rodeia, em um dos meios de comunicação que mais vem ganhando espaço nos últimos tempos: a Internet? A Linguística teria espaço de pesquisa dentro dela?

3. Linguística e ambiente virtual

3.1 A linguagem na Internet

Até aqui, falamos sobre língua, suas modalidades de realização, os níveis que lhe competem, os padrões que a regem, as suas variedades e os fatores sociais que a envolvem, dando

destaque ao mecanismo do “preconceito linguístico”. Agora, tomando como base os estudos dos tópicos anteriores, trataremos da forma como a nossa língua é utilizada no ambiente virtual, um contexto diferenciado, que confere uma linguagem específica, ou seja, basicamente uma variação do nosso sistema linguístico. Dentro desse contexto, veremos como as modalidades “fala” e “escrita” se entrelaçam, assim como os níveis “formal” e “informal”.

Falemos, então, das características do uso aqui abordado. Primeiramente, cabe destacar algumas das peculiaridades da linguagem virtual. Para isso, nos pautamos em estudos de Fiorin (2008). O autor diz que é necessário considerar a “simplificação” da linguagem virtual, o que explica aspectos como: menor utilização de letras maiúsculas, sinais de pontuação e acentos, por exemplo, ou regras do tipo: grupos gráficos sendo substituídos por formas com sons equivalentes (aqui > aki), diacríticos sendo substituídos por formas que exijam menos esforço para a digitação e que possuam equivalência fônica (não > naum), dispensa de sinais de pontuação e outras convenções gráficas, caso a falta de tais não ocasione prejuízo para a compreensão do texto (por exemplo: letras maiúsculas), além da utilização de palavras sem algumas de suas letras (que, mesmo em falta, não impossibilitam a leitura), como no seguinte caso: beleza > blz (FIORIN, 2008, p. 4).

Segundo Luiz Fiorin (2008), tais propriedades da linguagem virtual respeitam regras, ou seja, seguem uma lógica, uma organização própria e não devem ser consideradas como uma agressão à língua portuguesa. Pelo contrário, devem ser encaradas como uma realização diversa desta última dentro de uma práxis nova. Assim, ele não só enumera algumas das características dessa linguagem, como também as explica, em alguns casos. Sobre a exclusão das vogais de algumas palavras, por exemplo, o autor argumenta que é interessante perceber que, geralmente, seguimos um padrão em que as consoantes sempre são mantidas, o que nos remete à tradição da escrita alfabética dos fenícios, que utilizavam uma língua semítica onde a alternância vocálica era regular e era “necessário grafar apenas as consoantes” (FIORIN, 2008, p. 4). O linguista ressalta que nós não podemos descartar as vogais da nossa língua, mas que “a grafia apenas das consoantes, em algumas palavras, pode permitir-nos a leitura sem qualquer problema” (FIORIN, 2008, p. 4). Sendo assim, o usuário da língua e da rede virtual, buscando praticidade e rapidez, tem à sua disposição tais regras e um espaço para utilizá-las, bem como achar melhor. Não existe uma preocupação em seguir regras ortográficas à risca e padrões normatizados (o que demandaria

consultas e correções rigorosas); aqui, o internauta preza pela dinamicidade e tempo (FALCÃO, 2012, p. 4).

Assim como na vida real, na Internet os falantes encontram situações diversas, onde ora é exigida certa formalidade, ora é permitida a informalidade no uso da língua. Diante desses diferentes momentos, certamente, o falante deve ser capaz de fazer uso do nível que mais se adequa ao contexto. Desse modo, a escrita apresentada acima se realizará em alguns exercícios e em outros não. A escolha dos elementos para a escrita, nesses termos, dependerá das intenções do falante, do “porquê se comunica algo”, ou “para quem se fala”.

Segundo Sabrina Falcão (2012, p. 1), a Internet fez surgir um novo estilo textual: o hipertexto, “um outro texto que permeia as comunicações, em uma interface dinâmica com que flui o processo de comunicabilidade”. Para a autora, nesse novo estilo, marcado pela multilinearidade, se encaixam textos mais livres, com fronteiras menos definidas, que rompem com normas tradicionais e não excluem outros textos. Dentro desse hipertexto, nós teríamos infinitas possibilidades de produção e uma porção de gêneros textuais, ou como muitos chamam: “gêneros digitais”. Sabrina Falcão (2012) fala, então, de como a linguagem pode ser utilizada dentro desse meio, e em diferentes estilos:

O correio eletrônico, por exemplo, é um grande diálogo e as mensagens são informais. Mas ainda assim há níveis de formalidade, dependendo do receptor: do “outro lado” pode estar um amigo, mas também um advogado, um diretor, um reitor... Entretanto, grande parte da comunicação via Internet não deixa de ser mais uma maneira de se conversar escrevendo um texto, principalmente nas mensagens trocadas em tempo real, como nos chats. Esta conversa entre duas ou mais pessoas exige uma certa velocidade, fazendo com que os interlocutores usem uma linguagem informal, a qual se aproxima muito da língua falada do cotidiano. (FALCÃO, 2012, p. 2)

Pensando, assim, na fala da autora, percebemos que tanto a formalidade, quanto a informalidade permeiam os textos digitais, sendo o nível informal da língua o mais constatado no meio virtual, o que está intimamente ligado aos gêneros textuais utilizados no ambiente em questão.

Além da característica “informal” desses gêneros, existe uma outra, igualmente marcante: a “oralidade”. A ortografia utilizada na rede, por vezes, se utiliza de formas que reproduzem a fala.

Abaixo, veremos registros retirados da rede social *Twitter*, onde podemos verificar de que forma isso acontece.

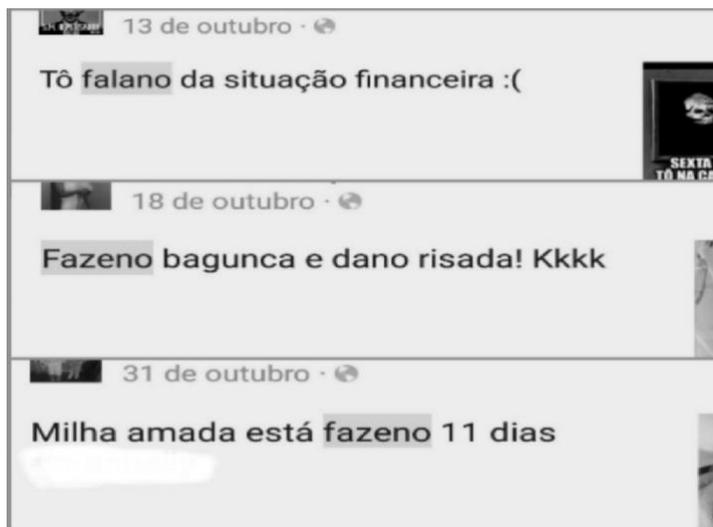
Figura 2. Registro de linguagem utilizada na rede social *Twitter*.



O *Twitter* é uma rede em que os internautas costumam empregar uma escrita um tanto quanto oralizada. Com os exemplos: triste > tristi, coitadinho> tadinho, estou> tô, notamos que o que o internauta usa não é “peculiaridade dos gêneros da Internet, mas é próprio da linguagem falada” (FIORIN, 2008, p. 6). Entretanto, como aquela primeira modalidade aparece intimamente ligada à segunda, as características de ambas acabam se mesclando. Outros recursos também são utilizados, como: o alongamento da vogal para dar ênfase à determinada informação e imitar a entonação da pronúncia (em “muitaaaa”) e a exploração dos sentidos construídos pela semiótica de *emojis*, que são pequenas faces que expressam diferentes emoções.

Além de encontrarmos expressões como as mostradas anteriormente, onde a escrita, combinada às características da oralidade, se nota como semelhante a tal, é interessante e comum vermos, também, como a linguagem do ambiente virtual revela eventos fonológicos da nossa língua. Um exemplo comum é o caso de “assimilação”, que ocorre em palavras no gerúndio, onde /d/ sofre um apagamento e o morfema /ndo/ passa a ser realizado como [no], como mostram os exemplos seguintes:

Figura 3. Registros de assimilação do gerúndio retirados da rede social *Facebook*.



Os três casos foram encontrados em publicações da rede social *Facebook* e apresentam traços do fenômeno explicado acima: a assimilação. Vale ressaltar que esse último consiste em um processo fonológico, facilmente constatado no português Brasileiro (e estudado há anos). No entanto, o fato novo é o aparecimento dessas características na escrita virtual, o que pode ser esclarecido pelo seu caráter oralizado.

Diante disso, e levando em consideração os tópicos anteriores do presente trabalho, onde vimos conceitos importantes, como o de “variedade linguística”, “fala e escrita” e “formalidade e informalidade”, podemos entender a linguagem virtual como uma variação dentro do nosso sistema linguístico, onde a escrita, apresentando características particulares, se entrelaça ao que nós vemos na língua falada. Considerando, também, a possibilidade de gêneros textuais dentro desse ambiente, podemos falar em produções que apresentam tanto um nível de formalidade (comumente exigido na modalidade escrita tradicional), quanto uma informalidade (habitualmente presente no espaço cibernético), dependentes dos objetivos da enunciação. Esses últimos aspectos nos remetem ao contínuo proposto por Marcuschi et al. (2007), apresentado no tópico 2.2, onde são explicadas as possibilidades de construções formais/informais dentro da fala e da escrita, o que Fiorin (2008) bem traduz ao dizer que:

É preciso ter bem presente que a fala e a escrita não constituem dois pólos completamente separados um do outro, mas formam um contínuo de gêneros, que vai do que é prototipicamente escrito até aquilo que é marcadamente falado. Entre

esses dois pólos, existem gêneros intermediários, que misturam mais ou menos características da fala e da escrita. [...]Os gêneros da Internet caracterizam-se exatamente pelo fato de serem textos escritos marcados pela oralidade e pela informalidade. Estão entre o oral e o escrito e é essa característica que determina muito de seu estilo. (FIORIN, 2008, p. 8)

Além de revelar uma linguagem que se apresenta como uma variante da nossa língua (FALCÃO, 2012) e apresentar uma imensa gama de gêneros textuais, a Internet acaba por proporcionar uma esfera diversa, onde se relacionam pessoas de diferentes contextos, idades, condições financeiras, escolaridade, etc. O que essa diversidade pode gerar?

Bem vimos que os usuários tendem a utilizar uma escrita específica nesse meio, facilmente reconhecível. Entretanto, ocorrerão, assim como no mundo real, situações de exclusão e repreensão para com aqueles que apresentarem escrita que indique menor grau de instrução? Para refletir a referida questão, teremos o tópico a seguir.

3.2 O Preconceito linguístico no ambiente virtual

O acesso à Internet e aos meios informáticos tem sido democratizado nos últimos anos. As ferramentas que há algumas décadas se restringiam apenas à pequena parcela da população, hoje se estendem a um número maior de pessoas, graças sobretudo aos *smartphones*. Consequentemente, essa movimentação tem possibilitado a comunicação de diferentes pessoas, pertencentes a diferenciados contextos, dentro de um mesmo meio. Ainda que esse processo revele um caráter inclusivo e um progresso, no que diz respeito à acessibilidade, existem nesse ramo mecanismos que revelam e fortalecem exclusões sociais (SILVA, A. G., 2014, p. 30).

A Internet consegue alcançar um grande grupo de pessoas, ou melhor: grupos diversificados. Dentro dela, convivem cidadãos com as mais variadas crenças, culturas, idades, gêneros, raça, nacionalidade, extratos sociais etc. Muitas relações são estabelecidas nesse sistema, e, juntamente por isso, são revelados desigualdades e mecanismos de preconceito e exclusão social, carregados do mundo físico para o mundo virtual. Como a presente pesquisa tem como foco o uso

da língua, veremos de que modo a linguagem apresentada por diferentes indivíduos nas redes sociais acaba sofrendo com o processo de discriminação.

De acordo com o que vimos, na *web* convivem sujeitos com diferentes perfis e, tendo isso em vista, cada pessoa refletirá em seus *posts* e contas os fatores que fizeram parte da sua formação, bem como as características e informações da própria região, geração e afins. A linguagem também irá revelar aspectos da história de cada sujeito: uma pessoa com maior nível de formação e instrução produzirá textos diferentes daqueles com menor nível de escolaridade, assim como um jovem e uma pessoa mais velha se identificarão e apresentarão vocabulários distintos em suas postagens.

O ambiente cibernético cede lugar para todos esses perfis e facilita a comunicação entre eles, sendo assim considerado um espaço rico e livre, onde as pessoas se comunicam e interagem de maneira aberta. Segundo Ruleandson Cruz (2012, p. 124), “tal espaço de liberdade pode ser compreendido ao constatarmos que a Internet permite, gratuitamente, a participação e a publicação de diversos conteúdos que podem ser postados direta e publicamente pelo indivíduo na rede, sem depender de uma aprovação prévia, como geralmente ocorre nas demais mídias”.

Essa liberdade permite que os usuários publiquem mensagens com a linguagem que preferirem, ou que comentem outras postagens, expondo suas opiniões e questionamentos. Assim, surgem margens para os mais variados retornos e, inclusive, para respostas intolerantes e desrespeitosas. Desse modo, vão se revelando os problemas das relações pertencentes ao mundo concreto (CRUZ, 2012, p. 122).

A questão do “preconceito linguístico” é um desses problemas. Como visto anteriormente, o respeito à diversidade que permeia a nossa língua ainda causa debates, e se não estamos preparados para lidar com ela, isso será refletido nas redes, levando os falantes menos instruídos a uma posição estigmatizada.

Como tema atual, esse tipo de preconceito vem sendo discutido por muitos teóricos. Como visto anteriormente, existe uma série de mitos que sustentam tal prática, e um dos linguistas conhecidos que se propôs a identificá-los e combatê-los (mostrando a falta de fundamentação de tais) foi Marcos Bagno. Para o autor:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português”. (BAGNO, 2007, p. 40)

Muitas pessoas acreditam que existe um único modo “correto” de falar e escrever, e que tudo aquilo que foge a esse modelo deve ser desconsiderado, o que consiste em uma visão errônea da realidade da nossa língua, diversa e multifacetada. Existem diversos fatores que influenciam na forma como cada falante se apropria e utiliza o português Brasileiro, e as diferentes realizações, consequentes desses fatores, devem ser respeitadas e compreendidas em suas causas reais.

Entretanto, não é essa a visão passada nas escolas e reforçada nos meios de comunicação. Na verdade, os padrões linguísticos normatizados é que são fortalecidos e disseminados, e, juntamente a eles, a intolerância. Assim, tornam-se comuns (e, para muitos, naturais) as postagens em que tal raciocínio se apresenta. Na Internet, são frequentes manchetes como as que veremos abaixo:

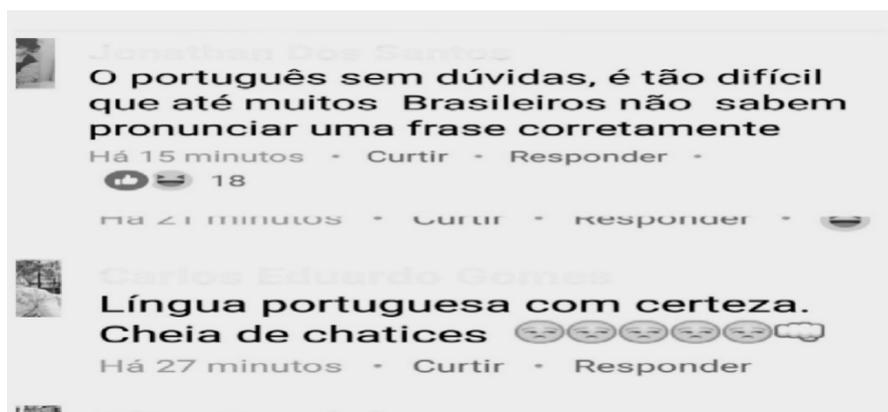
Figura 4. Registros de postagens que apresentam regras e avaliação para o uso do português.



Como mostra a figura, são muitos os exemplos de publicações onde são feitas ressalvas, indicações ou avaliações a respeito do modo como devemos usar (ou como usamos) a nossa língua. As matérias não levam em consideração as causas dos deslizes ortográficos e se a comunicação foi efetivada, ou não. Outro aspecto interessante diz respeito ao fato da língua portuguesa ser analisada resumindo-se à ortografia. No caso do último exemplo, em que é proposto um teste para a avaliação do nível de conhecimento do nosso idioma, as questões se referiam exclusivamente ao reconhecimento de sinônimos e antônimos do nosso idioma, o que é questão importante, mas não suficiente para avaliar o domínio sobre um sistema linguístico complexo.

A falta de discussão sobre o tema gera não só produções como as da figura 4, como também contribui para a prática de julgamentos maldosos. É comum encontrarmos situações em que alguns usuários fazem escárnio, críticas e efetuam respostas depreciativas sobre postagens/comentários com erros ortográficos ou sintáticos, como nos seguintes casos:

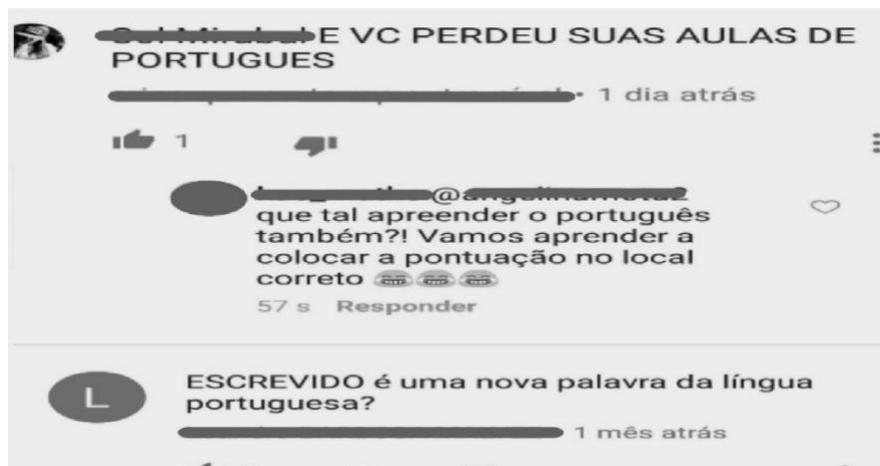
Figura 5. Registros de comentários realizados nas redes sociais *Instagram* e *YouTube*.



A imagem mostra exemplos em que internautas estabelecem comunicação entre si, mas já na prática do “preconceito linguístico”. Normalmente, essas colocações acontecem em momentos de debates e discussões, onde a chacota do português utilizado aparece como um instrumento de intimidação, exclusão e trunfo sobre aquele com quem é feito o debate, ou como uma maneira de mostrar conhecimento sobre as normas e evidenciar o erro do “outro”, sem motivos precedentes.

Os comentários, as respostas dos internautas, referentes a postagens que tratam da língua portuguesa nos fazem pensar, também, em como o falante, que tem domínio e conhece a sua língua materna, a enxerga (e se enxerga) diante dela. Vejamos:

Figura 6. Comentários encontrados na rede *Facebook*.



Diante de tais discursos, percebemos que, por vezes, aqueles que deveriam ter a consciência do conhecimento que obtêm da língua portuguesa brasileira e do uso que fazem desta, são justamente os que julgam não a conhecer. Os brasileiros sabem pronunciar frases corretamente, pois conhecem as estruturas da sua língua, e sabem se fazer entendidos, estabelecendo comunicação de modo efetivo (o que pode ser visto como um bom uso da língua). O português Brasileiro não se resume às gramáticas e aos inúmeros detalhes e regras que muitos consideram “chatices”; ele faz parte da nossa identidade, do nosso dia a dia, das nossas interações e vai além das normas.

Esse tipo de pensamento ocorre, sobretudo, devido ao modo como a língua é abordada e ensinada durante anos, dentro de escolas, cursos, etc. Os alunos, geralmente, vêm na disciplina de “português” uma série de nomenclaturas e normas que, muitas vezes, não se aproximam do uso real que fazemos do nosso sistema linguístico. São conteúdos extensos, que exigem memorização e atenção. No entanto, se aquilo estudado não condiz com o que vemos cotidianamente, qual sentido terá para o estudante? Por isso essa noção de língua “cheia de chatices”, ou de que “brasileiro não sabe português” (já que o uso realizado difere das normas gramaticais).

A nossa língua envolve questões que extrapolam os conteúdos vistos em gramáticas e manuais linguísticos, e essas mesmas questões devem ser exploradas. Segundo Guacira Lopes Louro (1997):

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente - tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito 'natural'. Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários (...) supomos que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação. No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os *institui*; ela não apenas veicula, mas produz e pretende *fixar* diferenças.” (LOURO, L., 1997, p. 65)

Esses aspectos devem ser compreendidos por todos os falantes, para que possamos evitar que a língua se torne instrumento de status e exclusão. Além disso, o ensino deve abordá-la como um organismo vivo, dinâmico, político e complexo, contribuindo para a consciência de sua diversidade e para as variáveis que constituem a linguagem, principalmente aquela presente no mundo virtual. Um universo que vem ganhando importância na vida das pessoas nos tempos atuais e no qual os jovens muito frequentemente navegam.

3.3 Os efeitos do preconceito linguístico

Como visto em outras partes do trabalho, a nossa língua faz parte da nossa identidade. Quando criticamos a fala ou a escrita de alguém, nós criticamos não só a pronúncia ou a ortografia realizada; nós criticamos e discriminamos a pessoa e a sua formação, a sua história. Nesse sentido, podemos entender que tal preconceito, e a exclusão que ele realiza, dizem respeito a uma questão social. O uso que cada falante faz da língua está estritamente relacionado ao seu contexto, ao seu nível de escolaridade, às suas condições socioeconômicas e outros aspectos.

Não são todas as classes que possuem acesso à educação de forma plena. Nem todos os falantes possuem o mesmo nível de formação e possibilidade de letramento. Existem desigualdades sociais que impedem possibilidades justas e iguais de formação e, certamente, os efeitos disso serão mais duros para as classes mais carentes, conseqüentemente menos instruídas.

Em suma, esse é um processo que se perpetua. As classes dominantes, com maior acesso à escolaridade, têm melhores condições de letramento e apresentam o prestígio alcançado com o

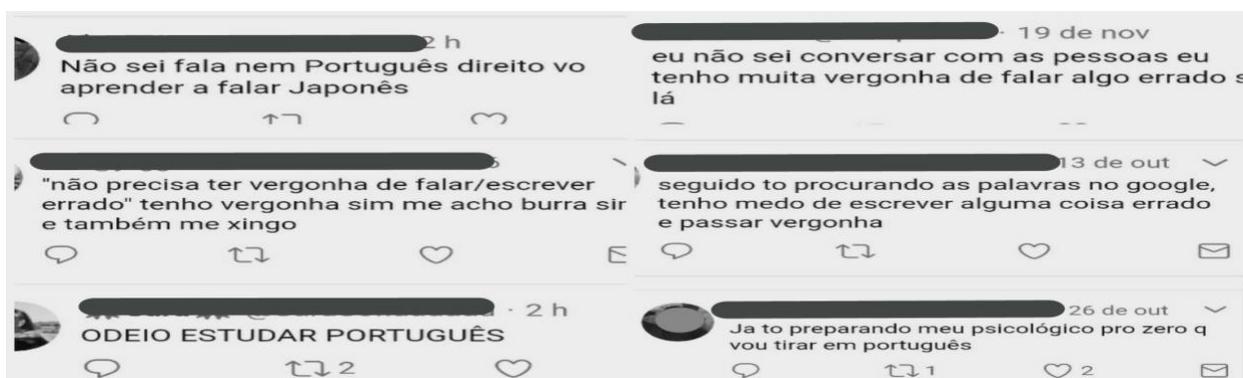
domínio de um "português culto", enquanto que as classes menos favorecidas, com contexto enunciativo e condições de ensino diferentes, apresentam uma linguagem popular comumente desprestigiada e estigmatizada, o que reforça a posição periférica da qual fazem parte.

Dentro do preconceito linguístico cabem todas essas questões. Na verdade, todo tipo de preconceito exige pensar os motivos sociais que lhes são intrínsecos. E, no que diz respeito aos efeitos causados, não cabem dúvidas de que tal prática gere algum tipo de exclusão. No entanto, não é só essa a consequência gerada por ofensas e ações preconceituosas. Quando falamos de "preconceito linguístico" temos de nos atentar para a questão da "autoestima linguística" do falante.

É importante que consideremos as variedades da nossa língua, as suas diferentes manifestações e que isso seja discutido, sobretudo, no ambiente escolar. É muito comum que o estudo da língua portuguesa Brasileira não abarque tais temáticas e reproduza apenas séries de regras, que fazem do falante um sujeito menos seguro sobre o domínio e utilização da própria linguagem (BAGNO, 2007). O problema se evidencia, aí, de duas formas: a) falta de preparo para lidar com as variantes (o que gera visões preconceituosas) e b) falta de segurança linguística (gerada pelo preconceito).

O falante, assim, passa a sentir-se inseguro, tendo em vista o fato de não enxergar em seu ensino o próprio uso linguístico, tampouco em meios midiáticos. O indivíduo, então, começa a ver, por exemplo, a língua como algo “complicado” e duvida do conhecimento que tem sobre ela, o que o faz sentir-se acanhado ao se expressar, pelo medo de deslizar nas regras e “passar vergonha” ou sofrer algum tipo de repreensão. Vemos esses sentimentos, de modo explícito, nas seguintes expressões, retiradas da rede social *Twitter*:

Figura 7. Registros retirados da rede social *Twitter*.



Tais falas mostram a falta de autoestima dos internautas, no que concerne ao uso da língua portuguesa. Marcos Bagno (2007) diz que:

É uma pena que não possamos contar com a ajuda dos meios de comunicação para dissipar todos esses mitos e preconceitos, que impedem a formação, no Brasil em particular, de uma autoestima linguística, uma vez que tudo o que os brasileiros ouvem e leem são os mesmos chavões, repetidos há séculos, de que “brasileiro não sabe português” e que a língua que falamos é “português estropiado”. (BAGNO, 2007, p. 176)

Desse modo, é importante nos atentarmos aos efeitos da prática preconceituosa, no intuito de poder tratá-la, mas levando em consideração todos os fatores que existem por de trás dela e entendendo que tal tratamento não consiste em tarefa fácil.

O meio virtual tem sido um bom ambiente para pesquisa de tais situações, tanto porque nele as comunicações são diversas e os usuários possuem a liberdade de expressar suas opiniões e textos da forma que lhes agrada (o que revela fatores diversos da língua), quanto porque ali se mostram as relações e problemáticas da realidade concreta, o que nos revela questões às quais devemos dar atenção especial.

4. Considerações finais

A nossa língua é um sistema complexo e dinâmico. É necessário acompanhar as suas transformações e variantes, acompanhar aqueles que a utilizam: os falantes, advindos de gerações, classes e regiões diversas. Quando conseguimos enxergar a importância de tais aspectos, passamos a entendê-la de modo mais crítico e completo. Observar o contexto, o momento e as intenções da enunciação é um bom começo para compreendê-las, em sua realidade.

Hoje, nós temos novas práticas, novos gêneros, novas formas de interação, e isso pede a atualização das nossas visões e estudos. Os avanços tecnológicos fizeram do espaço virtual um

meio de comunicação propagado. Tendo isso em vista, nos cabe pensar em como a linguagem ocorre nesse local e como processos já conhecidos no mundo concreto o permeiam.

O caso do preconceito linguístico é um tanto quanto debatido (na área das Letras) e representa um desafio social, que deveria ser abordado no ensino e destacado, assim como os outros tipos de preconceito. No entanto, a sua presença, por vezes, passa despercebida e a sua prática é frequente e comum, o que não deveria ser. Com os registros expostos em nossa pesquisa, vimos que no meio cibernético são correntes as situações e publicações preconceituosas. Juntamente a isso, vimos, também, como os falantes declaram abertamente as suas inseguranças e aversão ao estudo da língua portuguesa, o que reflete a falta de identificação com o que é abordado nos conteúdos.

Os dados mostrados exibem uma pequena parcela dos tipos de preconceito realizados e nos indicam alguns dos problemas relacionados ao tema. O curto espaço do trabalho exige uma análise mais sucinta, porém suficiente para demonstrar de que modo o preconceito linguístico se estabelece. Com o enfoque nos casos de julgamento direcionado àqueles que cometem “erros” ortográficos e sintáticos nas redes sociais, indicadores, em geral de menor grau de escolarização, refletimos, aqui, sobre como isso possivelmente ecoa nas atividades de alguns falantes. Esse julgamento negativo afeta o que Marcos Bagno (2007) chama de “autoestima linguística”.

Sabemos que existem os preconceitos referentes às variações regionais, à linguagem utilizada por pessoas de diferentes grupos (de idade, estilo, profissão etc.), por exemplo, entendemos que o estudo aqui elaborado abordou apenas algumas das questões que merecem ser exploradas. No entanto, ainda que ao apresentar apenas parte delas, entendemos que a intenção do projeto é despertar um olhar para esses temas, dentro de uma práxis nova e informatizada.

Desse modo, notamos aqui a importância das contribuições e estudos da Sociolinguística, bem como a necessidade de colocá-los em prática, para entender o funcionamento do nosso sistema linguístico, sistema esse que faz parte da nossa formação, das nossas relações e identidades. Vimos que são precisas novas maneiras de estudá-lo e, sobretudo, uma grande mudança e empenho da parte dos profissionais que atuam na área, para que a nossa língua seja compreendida em sua pluralidade, sem mitos, e para que esta não seja utilizada, sobretudo, como ferramenta de exclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAÇADO, Jussara. **Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre o preconceito linguístico, variação linguística e ensino.** *Cadernos de Letras da UFF*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 11-26, 1. sem, 2008. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/36/entrevista.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ANDRADE, M. L. C. V. de O. **Língua: modalidade oral/escrita.** In: **Universidade Estadual Paulista.** Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 50-67, v. 11.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. (2008) **O embate norma popular/ norma culta/ norma padrão: implicações no trabalho com análise linguística para falantes do português rural afro-brasileiro.** Anais do evento: III Seminário de língua portuguesa e Ensino. (Seminário). Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap063.pdf>. Acesso em: 15/set/2017.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 49ª. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 176 p. Disponível em: <http://www.professorjailton.com.br/home/biblioteca/preconceito_linguistico_marcos_bagno.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

FALCÃO, Sabrina Beffa. (2012). **Linguagem da Internet: do virtual para o não virtual.** Disponível em http://www.fsma.edu.br/esfera/Artigos/Artigo_Sabrina.pdf. Acesso em: 19/11/2017.

FIORIN, J.L. **A Internet vai acabar com a língua portuguesa?** Revista Texto Livre: Linguagem e tecnologia. n 1, v1, Belo Horizonte, 2008. s/p. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/texto>livre/article/view/10/5> Acesso em 30/09/2017.

LOURO. G. L. (1997) **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes.

MARCUSCHI, Luiz Antonio et al. (Org.). **Fala e Escrita**. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

1. reimp. Disponível em: <<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/29.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MENDES, E. **O conceito de língua em perspectiva histórica**: reflexos no ensino e na formação de professores de português. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp.667-678. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

NASI, L. (2007). **O conceito de língua: um contraponto entre a Gramática Normativa e a Linguística**. Revista Urutágua, 13, 1-9.

SILVA, Altamar Gonçalves da. **Preconceito linguístico: um panorama histórico do latim ao português Brasileiro**. 2014. 34 p. monografia (licenciatura em Letras português e Respectiva Literatura) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em:<<http://bdm.unb.br/handle/10483/8227>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

SOUZA, Fabiana Ferreira de; JESUS, Luciana Marta de; GOMES, Nataniel dos Santos. **A Variação Linguística e a Norma Culta**. *Web-Revista Sociodialeto*, v. 4, n. 10, p. 34-44, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/15/31072013033826.pdf>>. Acesso em:03 out. 2017.

TARANTO, Fabiano. XXIV Seminário de Iniciação Científica da PUC-RIO, 2016, Rio de Janeiro. **Como preconceito e discriminação se relacionam com os processos de ensino e aprendizagem?**. 2016. 20 p. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios_pdf/ctch/EDU/EDU-FabianoTaranto.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

TERNOVOE, Eligiane Luiz de Mattes (s. d.). **Entendendo o que é a norma culta brasileira**. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602120323.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

VIANA, Nildo . **Linguagem, Discurso e Poder:** Ensaio sobre Linguagem e Sociedade. 1. ed. Pará de Minas, MG: Virtualbooks, 2009.